MPCE EM AÇÃO

MPCE Ministério Público do Estado do Ceará

Fortaleza, junho de 2016 Nº 8

PGJ designará dois promotores de Justiça para auxiliar titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Olinda

O Procurador-Geral de Justiça do Ceará, Plácido Barroso Rios, vai designar dois membros do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) para apoiar os trabalhos do titular da Comarca de Nova Olinda, promotor de Justiça Daniel Ferreira de Lira, que sofreu ataque e ameaças no último dia 23. O anúncio ocorreu durante a visita da Comitiva da Procuradoria-Geral de Justiça ao município de Nova Olinda, na segunda-feira (30), para prestar solidariedade ao promotor que sofreu ameaças no último dia 23.

"Nós não vamos abrir mão de reforçar o Ministério Público no que for preciso, adotando todas as medidas necessárias para que o trabalho no combate à criminalidade e, principalmente, contra a corrupção, seja recrudescido, para que tanto o colega como o juiz que está aqui tenham esse amparo e para que a justiça seja feita", afirmou Plácido Barroso Rios. O PGJ anunciou, ainda, que solicitará à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) reforço no policiamento em Nova Olinda.

A comitiva, formada pela vice-procuradora-geral de Justiça e coordenadora da Procuradoria de Justiça dos Crimes contra a Administração Pública (PROCAP), Vanja Fontenele, da vice-corregedora-geral do MPCE, Suzanne Pompeu, e do coordenador do Núcleo de Segurança Institucional e Inteligência (NUSIT), Nelson Gesteira, além do PGJ-CE, visitou o Fórum local, invadido na madrugada do dia 23. No local, as portas foram arrombadas, documentos revirados e frases de ameaça escritas na parede da Promotoria.

O ato em Nova Olinda contou também com a participação dos desembargadores José Tarcilio Souza da Silva, presidente da Comissão de Segurança Permanente do Poder Judiciário, e Raimundo Nonato Silva Santos, de representantes da Associação Cearense dos Magistrados (ACM), da promotora de Justiça Juliana Mota, representante dos promotores do Interior na Associação Cearense do Ministério Público (ACMP), além de juízes e promotores da região do Cariri.

Na ocasião, Plácido Rios destacou que a ação criminosa contra o Fórum de Nova Olinda não foi um atentado contra dois membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, mas contra duas instituições que estão ainda mais fortalecidas para combater a criminalidade. "Esse ato jamais representará qualquer sinalização de mitigação nas medidas que estão sendo tomadas no combate à criminalidade e à corrupção. Muito pelo contrário: eu acredito que essas medidas reforçam a atenção das instituições, tanto do Ministério Público como do Poder Judiciário, para que nós enfrentemos, de uma forma até mais contundente, esses poderes que teimam em desestabilizar nossa sociedade", conclui.







MPCE conta com sistema para registro de informações das prisões em flagrante



O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) conta, desde esta segunda-feira (30/05), com um banco de dados no qual os promotores de Justiça da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia passarão a registrar as informações das prisões em flagrante decretadas na unidade. O sistema foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do MPCE, atendendo à solicitação do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCRIM).

De acordo com a coordenadora do CAOCRIM, promotora de Justiça Flávia Unneberg, o programa vai otimizar o gerenciamento de estatísticas de prisões em flagrante nas audiências de custódia, permitindo que o MPCE possa realizar uma radiografia das prisões em flagrante registradas em Fortaleza.

"Este é um passo relevante que damos rumo ao conhecimento dos casos de prisões em flagrante realizadas em Fortaleza. Com o sistema, saberemos quais são os principais crimes e locais onde ocorrem, por exemplo. Trata-se de uma ferramenta útil para o mapeamento da realidade e para o estudo de políticas públicas efetivas de combate à criminalidade e enfrentamento à insegurança na capital cearense", enfatiza a Promotora de Justiça Flávia Unneberg.

Eleição para Ouvidor-Geral do MPCE será dia 15 de junho



A eleição para o cargo de Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, cujo mandato é de dois anos, será no dia 15 junho, em sessão extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça. O mandato da atual ouvidora-geral, procuradora de Justiça Maria Magnólia Barbosa, encerra-se dia 14 de julho, sendo a primeira ouvidora do MPCE que não será reconduzida, em cumprimento ao novo Regimento Interno efetivado pela Lei nº 14.093/2008.

A ouvidora Magnólia Barbosa destacou que sua gestão interligou a Ouvidoria do MPCE com a ouvidoria do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público e do Conselho Nacional de Ouvidores do MP (CNOMP) e com o restante das ouvidorias dos demais Ministérios Públicos brasileiros. Sua gestão efetivou quatro projetos, entre eles o "Conhecendo o MP", que contém uma cartilha educativa em braile, destinada ao enfrentamento à exclusão de deficientes visuais e outra em redação oficial para os cidadãos em geral. As cartilhas são distribuídas em todos os eventos da Ouvidoria do MP.

Foi criado o Disque 127, número para denúncias e acesso direto com a Ouvidoria. O projeto "Ouvidoria Itinerante do MP", com a utilização de um automóvel utilitário, projetado com um gabinete de Promotor de Justiça, para atendimento ao público em várias localidades, como por exemplo nos municípios de Beberibe, previsto para os dias 6 e 7, Aracoiaba para o dia 8, e Salitre, para o dia 20 de junho.

Há, também, o projeto "Ouvidoria até você", destinado a visitas às escolas estaduais e recebimento dos alunos na sede Procuradoria-Geral de Justiça e encontros com demais membros do MPCE. E o projeto "Rede Ouvir-CE", que interliga 126 ouvidorias do Estado do Ceará com o MPCE, cuja reunião está agendada para o dia 9 de junho, às 9h30, na Secretaria dos Órgãos Colegiados.

MPCE ADOTARÁ NOVA GESTÃO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS



O Ministério Público do Estado do Ceará adotará, em breve, o modelo de sistema de registro e gestão dos processos e procedimentos eletrônicos em tramitação no Ministério Público da Paraíba (MPPB), denominado "MP-Virtual". Conforme o líder da equipe responsável pela implantação do sistema no MPCE, Dalmo Dallari, esse sistema está, atualmente, em fase de correções e adaptações para a realidade do MPCE. A iniciativa atende à recomendação do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), que considerou o sistema paraibano o melhor do Brasil.

O "MP-Virtual" é um sistema de controle de processos de atividades-fim, que substituirá o sistema Arquimedes. Ademais, possui funcionalidades de publicação de Diário Oficial e de Protocolo, incorporando, neste sentido, processos administrativos. "A partir do MP-Virtual será implantado o Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Ceará, gerado e publicado no próprio site institucional do MPCE", disse Dallari. Para ele, um dos maiores ganhos para a Instituição será a virtualização dos processos, otimizando custos e fornecendo maior agilidade aos trâmites dos processos em prol do interesse da sociedade, além de contribuir para o meio ambiente com a redução de uso de papel.